

MULHER NEGRA: religião, trabalho e organização familiar¹

Por Joalice Santos Conceição*

Resumo: este artigo tem a intenção de lançar um olhar sobre a atuação das mulheres no âmbito do trabalho e da religião, ao passo que toca a questões de poder e organização familiar, coadunando aspectos culturais, de modo a promover uma discussão transversal, com destaque para as singularidades, assimetrias e convergências entre os empreendimentos feitos na África e nas diásporas espalhadas pelo mundo, com especial atenção para o Brasil. As reflexões aqui expostas são oriundas das incursões feitas por ocasião das pesquisas de mestrado e do doutorado da autora.

Palavras-chave: Mulher. Poder. Religião. Trabalho. Família.

Abstract: this article is intended to have a look at the role of women in the work and religion, while it comes to issues of power and family organization, Consistent cultural aspects, so as to promote a cross-discussion, especially to the singularities, asymmetries and convergences between undertakings made in Africa and the diaspora around the world, with special attention to Brazil. The reflections presented here are from the inroads made on the occasion of the research master's and doctorate from the author.

Keywords: Woman. Power. Religion. Work. Family.

1 Introdução

Com certa justiça, a antropologia foi acusada de negligenciar a participação das mulheres em vários setores da sociedade, especialmente na sociedade brasileira. Tal acusação torna-se ainda mais complexa quando focalizamos a mulher no período colonial e na Primeira República, tendo em vista que o espaço de circulação feminina era limitado ao âmbito doméstico. Todavia, quando analisamos a vida das mulheres negras, percebemos que houve uma mudança no panorama, pois as negras, ainda no período escravista, ganharam as ruas com seus tabuleiros, com suas roupas coloridas e seu jeito próprio de negociar gêneros alimentícios ou outras formas de trabalho, como vender água, frutas e/ou legumes. A maioria das mulheres negras passaram de escravizadas a empreendedoras e lideranças religiosas, servindo de modelo para outras mulheres, inclusive as brancas.

É nesta direção, portanto, que o breve artigo caminha, intencionando analisar o protagonismo das mulheres negras no campo do trabalho, da religião e da organização familiar. Assim, ao longo do texto buscou-se entender as estratégias

utilizadas pelas mulheres para obter o sucesso desejado e também analisar as relações sociais construídas por elas na superação das amarras escravistas.

O método utilizado neste breve artigo é o qualitativo, com dados documentais e bibliográficos colhidos por ocasião da pesquisa do mestrado e do doutorado. As informações são assim distribuídas ao longo do artigo que se estrutura em seis seções, incluindo esta introdução, discorre sobre o protagonismo e o poder das mulheres negras; religião, trabalho e organização familiar; mulher negra e economia; trabalho e ludicidade: Tia Ciata e suas herdeiras; finalizando com uma breve conclusão. Porém, é bom ressaltar que as seções supramencionadas apresentam uma visão parcial dos temas abordados. Embora algumas delas amplamente por mim discutidas na escritura da tese e da dissertação.² Diante do exposto, a reflexão buscou compreender os papéis desempenhados pelas mulheres negras na construção da sociedade brasileira, especialmente nos estados da Bahia e Rio de Janeiro.

2 O protagonismo e o Poder das Mulheres Negras

O protagonismo das mulheres negras no cenário brasileiro se deve em grande medida à influência das primeiras africanas que aqui chegaram; ainda que tenham sido obrigadas a deixarem seu continente para viverem outras experiências em terras distantes, mesmo assim, acabaram por deixar suas marcas na história nacional. Durante o Brasil colônia e pós-colonial, diversas estratégias foram adotadas no sentido de pôr fim à cultura africana; todavia, a memória e o corpo de negras e negros foram lócus depositários de conhecimentos, configurando e contribuindo para o que hoje se chama corriqueiramente de cultura brasileira.

À época do sequestro de negros e negras africanas, grupos inteiros foram dizimados e espalhados por diversas partes do mundo, conhecidos como diásporas. Ressalta-se que o termo diáspora é empregado aqui como a comunidade de africanos e descendentes fora do continente africano (HALL, 2006), ainda que a África vivida por essas pessoas já não pertença à África da época do sequestro em que grande parte de seu povo foi capturado e vendido para as Américas, pondo em situações distintas paragens como Haiti, Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Cuba e, sobretudo, Brasil, que sofreu grandes transformações nos aspectos visual e econômico, mas principalmente na concepção da figura feminina e de seu papel na vida da sociedade colonial. À época, em grande medida, a casa era e ainda é espaço de circulação e domínio feminino, assim como a rua era lugar masculinizado.

Não há como negar o poder³ das negras que fizeram uma história de sucesso quando tudo contribuía para o apagamento dessas mulheres, como assim fez a história de todo o mundo. As mulheres, aparentemente destituídas de poder, legaram a suas descendentes um poder silencioso, porém eficaz, pois o poder circula, ainda que de forma diferente, como mostra o trecho abaixo:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder são sempre centros de transmissão (sic). O poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 1979, p.183).

Contrariando as perspectivas ocidentais, os

conhecimentos de homens e mulheres africanos foram recriados em várias partes do mundo, graças aos saberes e fazeres retidos na memória e no corpo, conservados pela transcendência de suas mentalidades e pela permanência de rituais que deslindou em práticas religiosas aliadas ao mundo do trabalho. Diferentemente da realidade da população feminina branca, para a mulher negra africana a rua tornou-se lugar de trocas materiais e simbólicas, como acontecia nas grandes feiras do continente africano; por conseguinte, o termo feira deve ser entendido de forma ampliada, não significando apenas complemento econômico ou acúmulo de recursos, mas, sobretudo, como possibilidade de encontros, permutas e estratégias para reorganização de núcleo familiar.

3 Religião, Trabalho e Organização Familiar

Tem-se notícia de que as mulheres africanas quando viviam em seu continente eram grandes empreendedoras, principalmente na arte de negociar gêneros alimentícios de primeira qualidade e necessidade. Tal qual no Brasil, as mais jovens vendiam seus produtos em grandes tabuleiros levados à cabeça; quando idosas, conservavam um pequeno comércio nas suas casas ou junto delas. As mulheres não vendiam ou trocavam apenas para subsistência, elas acumulavam economias, o que lhes proporcionava certa independência financeira em relação ao marido. Segundo Soares (2007), ainda na África elas tinham participação ativa na economia da cidade, pois eram elas que administravam todo o palácio e que ditavam algumas regras sociais quando fiscalizavam o funcionamento do Estado. Elas estavam por toda parte. “Clapperton observou a esposa de Alafin de Oyó ‘em todos os lugares negociando’ com outras mulheres de classe comum, carregavam grandes fardos em suas cabeças de cidade em cidade” (DREWAL; DREWAL, 1983, p. 225, tradução nossa).

Esse comércio não envolvia apenas as mulheres mais pobres, mas também as mais ricas e pertencentes à escala mais nobre da sociedade africana, como observa a citação acima.

Adékòyá (1999) salienta que as mulheres africanas também participavam das guerras, a propósito do reino de Daomé que mantinha uma tropa de mulheres que causava pavor nos inimigos, já que tinham muitas estratégias impensáveis para com seus opositores. Já o reino de Oyó, na África Ocidental, era muito conhecido pelo sistema

religioso, cuja importância fulcral recai no fato de ser fonte de equilíbrio social, político e econômico entre os iorubanos, tornando-se responsável pela movimentação da estrutura social.

Segundo Moura (1995), os povos iorubas ou nagôs gozam de notoriedade entre os negros existentes na Bahia, bem como os islamizados vindos do outro lado; a maioria desses negros e negras eram cultos, conhecedores e valorizadores de suas culturas reconhecidas pelas inteligentes filosofias e práticas religiosas, a despeito da famosa Revolta dos Malês de 1835.

Com as constantes guerras, vários reinos ou grupos étnicos foram dizimados ou mesmo extintos; famílias foram desfeitas, espalhando membros reais pelas diásporas. Estes fatos nos levam a inferir que pessoas ilustres, como reis, rainhas e pessoas ligadas à parcela ilustre das sociedades africanas, tenham sido tornadas escravas e enviadas para o Além-Mar, como registrou a historiografia.

Isto quer dizer que nós recebemos aqui escravos qualificados em diversos tipos de atividades. Por exemplo, durante o reino de Kpengla (1774-1789) cento e cinquenta homens da cidade de Gana acusados de tornarem-se amantes das *ahosi*, as mulheres do palácio real, que eram cerca de 2000 mil, foram vendidos aos traficantes e muitos sacerdotes do tradicional culto dos vodun, também foram degredados para o Brasil (SILVEIRA, 2006, p. 34).

Graças à desenvoltura para o comércio, as africanas chegadas ao Brasil, muitas delas, foram aproveitadas no meio urbano, especialmente no comércio ambulante. Ainda na África, no século XVIII, as feiras e mercados passavam por significativas mudanças devido ao crescimento urbanístico das cidades. A fim de resolver problemas causados por tal fato, as mulheres criaram duas sociedades secretas femininas com o nome de Iyalodê e Gèlède, que mais tarde teriam suas congêneres na Bahia, abrigando importantes sacerdotisas e sacerdotes que influenciariam sobremaneira as primeiras casas de candomblé no Brasil. A primeira sociedade - Iyalodê -, como salienta a própria etimologia, significa encarregada pelos negócios públicos; suas integrantes compunham o conselho urbano, exerciam altos cargos, como funcionárias do Estado, e eram, ainda, responsáveis pelas questões femininas nos cargos públicos, especialmente pelos assuntos ligados ao comércio. Já a associação Gèlède se ocupava de assuntos relacionados à religião; as mulheres realizavam cultos ligados à fecundidade, à fertilidade, isto é, suas integrantes cultuavam o poder originário do feminino, além de cuidar

religiosamente dos demais setores político-econômico, uma vez que os setores possuíam uma interdependência. Portanto, religião, política e economia caminhavam de braços dados, originando um poder diferenciado (CONCEIÇÃO, 2011).

Ao voltar o olhar para o cenário brasileiro, encontramos a economia em declínio, já que o tráfico escravista havia enfraquecido, somando-se a isso as constantes guerras em diversas partes do continente africano, o que obrigava seus líderes a prepararem uma quantidade maior de homens para lutarem em defesa de seus povos; assim, o contingente de africanos chegados ao Brasil na derradeira metade do século XVIII e no início do XIX era formado principalmente por mulheres da Costa Mina e do Golfo do Benin; mulheres que transformariam o panorama religioso e econômico do Brasil, em especial da Bahia, como aponta o trecho abaixo:

Fundaram o atual Engenho Velho três negras da Costa, de quem se conhece apenas o nome africano – Adêta (tal Iyá Dêtá), Iyá Kalá e Iya Nossô. Há quem diga que a primeira desta foi quem plantou o axé, mas esta procedência não parece provável, pois ainda hoje o Engenho Velho se chama Iyá Nossô, ou seja, em português, Casa de Mãe Nossô. Por muito tempo estas três mulheres emprestaram grande brilho à Casa, não se tendo certeza, entretanto, quanto a se repartiram entre si o poder ou se sucederam nele (CARNEIRO, 1991, p. 56).

Para além da observação feita por Carneiro (1991), Renato da Silveira (2006) relata o famoso caso de duas irmãs princesas africanas do Reino de Ketu que foram embarcadas para o Brasil e aqui vendidas como escravizadas; e que depois de certo tempo foram compradas e alforriadas por pessoas pertencentes ao núcleo religioso da Barroquinha;⁴ uma delas voltou para a África; a outra, de nome Otampé Ojarô, permaneceu na Bahia, casou-se e, mais tarde, fundou o famoso terreiro do Alaketu. Pode-se acrescentar às informações já mencionadas por Carneiro (1991) a importante figura feminina, Iyá Nassô ou Maria Júlia Figueiredo, que chegara no Brasil escravizada, porém, não tardou muito, tornou-se respeitabilíssima para a organização da religião africana em terras brasileiras; também foi “Piora da Irmandade da Boa Morte e ocupava simultaneamente o cargo de Iyalodê e Erelu nas organizações secretas Ogboni, Gèlède e Egungun” (CONCEIÇÃO, 2011, p. 32). Tal núcleo fora organizado na Barroquinha em torno de um candomblé de onde se originaram as principais casas de candomblés: Casa Branca, Afonjá e Alaketu. Ademais, as primeiras mulheres atuavam simultaneamente nas sociedades secretas Iyalodê,

Gèlèdè e Ogoni; surgindo nesse contexto a Irmandade da Boa Morte.

A partir da religião e do trabalho feminino, a cultura africana foi sendo recriada no Além-Mar. O poder das mulheres africanas, portanto, está além da economia; o poder exercido por elas é permeado de bens simbólicos transmitidos através da religião, da dança, dos alimentos e na capacidade de reinventar novas formas de estabelecer laços familiares, econômicos e sociais em situações desfavoráveis.

Apesar das condições desumanas a que foram submetidos, as africanas e os africanos utilizaram diferentes estratégias para manter vivos seus saberes; assim, podemos verificar a força com que suas tradições e culturas religiosas estão presentes e se impuseram no tempo e no espaço brasileiro. As mulheres, aos poucos, foram imprimindo outra dinâmica ao *modus operandis*, unindo e formando inicialmente *ethos* de sociabilidades, tais como as irmandades negras, as congadas, maracatus, ao redor de seus tabuleiros e, posteriormente, nos candomblés, de modo a reconstituir laços familiares, superando as perdas e colocando em perspectivas os saberes, os conhecimentos culturais resguardados no corpo e na memória. O protagonismo da população negra que se espalhou pelo mundo consolidou-se através das performances estratégicas implementadas para a manutenção de seus saberes.

4 Mulher Negra e Economia

As mulheres africanas escravas emancipadas são muito independentes. É em torno delas que se forma a família [...] Estas mulheres libertinas são extremamente ativas. Nós já falamos de suas ocupações de vendedoras de pratos cozidos nas ruas. As mulheres Nagô e seus descendentes na Bahia têm o mesmo espírito empreendedor que as caracteriza na África. [...] (VERGER, 1981, p. 221).

A epígrafe acima assinala, ainda que em parte, o papel das mulheres na sociedade baiana do século XIX. O relato de Verger (1981) fala da maioria da população feminina dos últimos contingentes, cuja maioria desembarcou no Nordeste, nos estados do Maranhão, Bahia e Pernambuco. Como chegaram no final do tráfico e as cidades apresentavam certo desenvolvimento, elas foram aproveitadas inicialmente nos trabalhos domésticos e urbanos. Após o declínio do ciclo do açúcar e com o tráfico interno, elas foram para outras localidades, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Essas mulheres com seus aportes civilizatórios moldariam

a cultura brasileira, manifestada na arte, na religião, nas danças, na gastronomia; esta última, cara para esta nossa comunicação. O próprio Gilberto Freyre (1975, p. 133), em “Casa grande e senzala”, destaca a importância das mulheres baianas no ramo alimentício: Para ele, dos “centro de alimentação afro-brasileira é decerto a Bahia o mais importante.”

É claro que as alterações não estavam associadas apenas à questão do visual - roupas, colares, maneira de pentear, marcas étnicas - e formas de se alimentar, relacionavam-se também à maneira de se comportar no mundo exterior à casa e no mundo do trabalho; agregavam à atividade de vender produtos alimentícios transportados, normalmente sobre a cabeça, nas ruas das cidades. Ademais, elas exerciam inúmeras atividades, como lavar roupas, vender água, frutos e outros afazeres femininos - uma vez que o homem negro tinha o acesso limitado à esfera doméstica - a articulavam politicamente suas vidas e a vida de pessoas ligadas à religião e a seu grupo étnico.

No Brasil, isso foi extremamente útil, tanto do ponto de vista religioso e político como das estratégias empregadas nas muitas revoltas e no trato da vida cotidiana, bem como das articulações utilizadas frente a uma sociedade sexista, classista e racista, a exemplo das grandes Iyalorixás Mãe Aninha, Mãe Menininha, Mãe Senhora, Mãe Stela, Mãe Teófila, Mãe Perina, Mãe Filhinha da Boa Morte Iyá Daddy e suas descendentes, que hoje lutam contra o desrespeito, o genocídio dos jovens negros e outros males sociais.

5 Trabalho e Ludicidade: Tia Ciata e suas herdeiras

Tanto na África como no Brasil, as mulheres já exerciam suas atividades seguindo uma tradição passada para suas e seus descendentes, como ainda hoje temos as vendedoras de acarajé, camelôs, vendedoras de doces. A arte de vender nas ruas permitia articular economia, religião e família. A mulher negra cria em tempos atuais os serviços alugados nas faxinas das casas mais abastadas ou nos serviços de ganhos dos trabalhos livres para aumento de sua renda. Por tudo isso, a mulher negra brasileira é herdeira da civilizada mãe África, a qual legou a rica cultura do trabalho doméstico, expresso nos tabuleiros circulantes nas cidades, nos becos, nas feiras, que com habilidosas atitudes se moveram em torno da estrutura social, permitindo, assim, reconfigurar novos núcleos

familiares com seus integrantes compondo a chamada elite negra brasileira.

Dentre as quituteiras que fizeram história no cenário nacional, gostaria de destacar uma figura conhecida na historiografia brasileira, tendo em vista que sua vida envolve cultura, empreendedorismo, religião e ludicidade; estamos a nos referir à famosa e afamada Hilária Batista de Almeida, conhecida carinhosamente por Tia Ciata; nascida na Bahia, em 1854, tendo chegado ao Rio de Janeiro em 1876, constituindo família ao casar-se com o funcionário público João Batista da Silva, com quem teve 14 filhos (AMARAL, 2010). É a ela que dedicarei as próximas linhas.

É incontestável a importância dessa mulher para a configuração cultural carioca, já que Tia Ciata exerceu papel de liderança em vários setores; papéis que ainda hoje se refletem através do trabalho realizado pelas conhecidas “tias baianas” da feira de Madureira e Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.

Tia Ciata ganhou notoriedade nos meios populares e acadêmicos pelas grandes realizações culturais, quando da realização de grandes **sambadas**, que mais tarde passariam a se chamar **rodas de samba de partido alto**, como assim eram conhecidas as rodas de samba. Nessas rodas, Tia Ciata e suas companheiras mostravam toda a particularidade do modo de sambar da mulher baiana, especificamente as do Recôncavo: as mulheres sambavam e sambam de pés juntos sem tirá-los do chão, denominado como **samba miudinho**. No cenário musical, a figura de Ciata é muito prestigiada, haja vista que foi na sua casa que teria sido composto o primeiro samba registrado, o conhecido samba “Pelo telefone”, de autoria de Ernesto Joaquim Maria dos Santos, o Donga. Sua casa, localizada na Praça Onze, no centro do Rio de Janeiro, era frequentada por grandes vultos do samba, como Pixinguinha, João da Baiana, Senhô, Mauro de Almeida. O local ficou conhecido como a pequena África, por ser o lugar de encontro dos negros e negras baianos libertos ou escravizados (AMARAL, 2010). O depoimento de João da Baiana resume bem o que era o cenário carioca na época em que Tia Ciata protagonizava as festas da cidade.

As nossas festas duravam dias, com comida e bebida, samba e batucada. A festa era feita em dias especiais, para comemorar algum acontecimento, mas também para reunir os moços e o povo “de origem”. Tia Ciata, por exemplo fazia festa para os sobrinhos dela se divertirem. A festa era assim: baile na sala de visitas, samba de partido alto nos fundos da casa e batucada no terreiro. A

festa era de preto, mas branco também ia lá se divertir. No samba só entravam os bons no sapateado, só a “elite”. Quem ia pro samba, já sabia que era da nata. Naquele tempo eu era carpina (carpinteiro). Chegava do serviço em casa e dizia: mãe, vou pra casa da Tia Ciata. A mãe já sabia que não precisava se preocupar, pois lá tinha de tudo e a gente ficava lá morando, dias e dias, se divertindo. Eu sempre fui responsável pelo ritmo, fui pandeirista. Participei de vários conjuntos, mas era apenas para me divertir. Naquele tempo, não se ganhava dinheiro com samba. Ele era muito mal visto. Assim mesmo às vezes nós éramos convidados para tocar na casa de algum figurão. Eu me lembro que em certa ocasião, o conjunto de que eu participava foi convidado para tocar no palacete do senador Pinheiro Machado, lá no morro da Graça. Quando o conjunto chegou, o senador foi logo perguntando aos meus colegas: cadê o menino? O menino era eu. Aí meus companheiros contaram ao senador que a polícia tinha tomado e quebrado o meu pandeiro, lá na Penha. O senador mandou que eu passasse no Senado no outro dia. Passei e ganhei um pandeiro novo, com dedicatória, peça que tenho até hoje (PEREIRA, 2001, p. 205).

A história de Hilária Batista de Almeida não se resume apenas às grandes festas realizadas em sua casa; conta-se que ela era ligada ao candomblé, frequentava o terreiro de João Alabá, na Rua Barão de São Felix, no qual fora confirmada no santo como Ciata de Oxum, tornado-se mais tarde famosa Iyalorixá.

Hilária destacou-se no cenário carioca como grande quituteira, como faziam as negras mulheres da Bahia de sua época. Vestida à moda baiana, colocou seu tabuleiro de quitutes na Rua Sete de Setembro; sua roupa era muito elogiada, então, ela resolveu aliar a isso seu tino comercial e logo “começou alugar roupas de baiana para o carnaval e teatro, aumentando sua renda” (MOURA, 1995, p. 95).

Tia Ciata serviu de modelo para uma legião de outras mulheres e logo elas passaram a ser vistas nas esquinas e comércio de toda a cidade, sendo denominadas carinhosamente como “tias”; destacam-se a Tia Veridiana, a Tia Mônica, a Tia Prisciliana, dentre outras. “As Tias baianas” tiveram atuação importantíssima para o surgimento do samba, das escolas, no fim do século XIX e início do século XX. Como esclarece o depoimento da neta de Tia Ciata:

Elas todas sabem fazer doce, a gente aprende de tudo. Elas diziam pra gente: “amanhã quando casar, se tiver um fracasso com o marido, não precisa pedir ao vizinho nem a parente, é só fazer qualquer coisa pra ganhar dinheiro”. [...] Cada um nas suas casas, os que iam nascendo não sabiam ainda e ia-se ensinando. Não deu tempo de saber muita coisa não... (Depoimento de Tia Cincinha, apud MOURA. 1995, p. 95).

Elas foram responsáveis pela transmissão de

culturas advindas da Bahia, como as festividades, o culto aos orixás de matriz africana, aglomerando em torno delas a comunidade que aos poucos ia impondo o seu modo de vida.

Ainda hoje podemos encontrar as descendentes das “tias baianas” nas feiras populares, a exemplo das baianas do acarajé e das quituteiras da famosa feira de Madureira e da feira de São Joaquim, na Bahia, e Oswaldo Cruz no subúrbio carioca; ou nos camelódromos de todo o Brasil.

Tanto as mulheres na África como no Brasil, na diáspora, organizavam suas famílias por meio do trabalho e da religião. As primeiras mulheres advindas do continente africano contribuíram para a perpetuação da cultura africana entre nós. Apesar dos impactos do período escravista, é incontestável o poder das mulheres negras, bem como de sua capacidade de recriar e ressignificar situações e sociabilidades que, por vezes, deslinda tessituras de sucesso nos diversos segmentos sociais da atualidade. Trabalho, religião, família e os corpos de mulheres e homens negros se uniram para inscrever na história a contribuição de suas culturas como marcas identitárias; e, muitas vezes, foi necessário negociar, reconstituir e reconfigurar sociabilidades, revelando toda a altivez das mulheres que coloriram e coloreem a nação brasileira com seu jeito negro influenciado de ser.

5 Conclusão

Ante o exposto, o artigo teve a intenção de refletir sobre o papel da mulher negra no mundo do trabalho, na organização familiar e na religião; para tanto, foi necessário revisitar o percurso das mulheres negras e a proeminência no trabalho, desde as feiras ao trabalho administrativo das primeiras africanas que aqui chegaram; foram elas que trouxeram em seus corpos e em suas memórias experiências da economia africana, trajetórias extraordinárias para uma eficaz atuação, de modo a permitir a construção e reconfiguração de laços de dignidade. Grande parte dos trabalhos desenvolvidos pelas africanas foi o de rua, na venda de produtos sobre a cabeça, na circulação dos espaços, levando consigo não apenas produtos materiais mas produtos simbólicos; sobretudo nas feiras, notícias, receitas de remédios caseiros e comidas, ludicidade de modo de fazer, ver e agir, ampliando as redes de sociabilidade e solidariedade.

Vimos que o trabalho foi o de facilitar para que as mulheres despontassem tanto no aspecto

religioso como no rearranjo dos laços parentais e familiares, por vez perdidos na travessia do Atlântico.

A atenção voltada para o universo feminino afro-brasileiro e para o campo do trabalho revela a autoridade da mulher negra dentro desses espaços na hierarquia religiosa, ainda que ao longo do tempo esses postos tenham sofrido significativas modificações, a propósito das observações feitas pelo antropólogo Julio Braga (2014) na recente obra “Candomblé da Bahia: a cidade das mulheres e dos homens”; portanto, o ir e vir das mulheres negras que outrora ocupavam as ruas com seus tabuleiros é rememorado por suas e seus descendentes que, cotidianamente, na exposição dos produtos da cultura africana, com novos contornos sociais; são acarajés, cocadas, bolinhos de estudante, abará, bolo de aipim, a tapioca ou bejú, frutas, produtos que nos fazem lembrar que esse território foi aberto pelas negras africanas que souberam fazer história nas diásporas espalhadas pelo mundo.

Notas:

⁽¹⁾ Este texto foi originado de uma fala proferida no I Ciclo Internacional de Debates sobre Gênero, Raça, Diversidade e Contextos Interculturais, organizado pelo Grupo de Pesquisa Candaces, da Universidade do Estado da Bahia, no período de 30 de março a 1º de abril de 2015, em Salvador Bahia, Brasil.

⁽²⁾ A referida dissertação intitula-se “Mulheres do partido alto: elegância, fé e poder - um estudo de caso sobre a Irmandade da Boa Morte”; trabalho apresentado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Antropologia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no ano de 2004, sob orientação da Profa. Dra. Carmen Junqueira.

⁽³⁾ O termo cultura neste artigo é utilizado como um “padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas de símbolos por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolve seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (GEERTZ, 1989, p. 103). Tais concepções foram defendidas pelo autor mencionado, na Antropologia interpretativa, para quem a cultura pode ser comparada a uma teia de signos à procura dos significados.

⁽⁴⁾ Segundo depoimento informal da Iyalorixá Olga de Alaketu, essas duas princesas foram alforriadas pelo próprio orixá Oxumarê, que se transformara em um rico comprador de escravizados. Para maiores informações sobre o núcleo religioso da Borroquinha, em Salvador, Bahia, ver Conceição (2004) e Silveira (2006).

Referências

- ADÉKÒYÁ, O. A. *Yorúbá: tradição oral e história*. São Paulo: Terceira Margem, 1999.
- AMARAL, E. *Alguns aspectos da MPB*. Duque de Caxias: Esteio, 2010.
- BRAGA, J. *Candomblé da Bahia: a cidade das mulheres e dos homens*. Feira de Santana: UEFS, 2014.
- CARNEIRO, E. *Candomblé da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1991.

CONCEIÇÃO, J. S. *Mulheres do partido alto: elegância, fé e poder - um estudo de caso sobre a Irmandade da Boa Morte*. 2004. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

CONCEIÇÃO, J. S. *Dois metades, uma existência: produção de masculinidades e feminilidades na Irmandade da Boa Morte e no culto de Babá Egun*. 2011. 209 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

DREWAL, H. J.; DREWAL, M. T. *Gelede: art and Power among the Yoruba*. Bloomington: Indiana University Press, 1983.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREYRE, P. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GEERTZ, C. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOURA, R. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

PEREIRA, J. B. B. *Cor, profissão e mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: USP, 2001.

SILVEIRA, R. *O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de Keto*. Salvador: Maianga, 2006.

SOARES, C. M. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador: Eduneb, 2007.

VERGER, P. *Notícias da Bahia: 1850*. Salvador: Corrupio, 1981.

*** Pós-Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia, da Universidade Federal do Piauí, com Bolsa PNPd da Capes; doutora e mestre em Ciências Sociais/Antropologia pela PUCSP, membro do Grupo de Pesquisa Ritual, Festa e Performance da UFSE e Grupo Candaces da UNEB, Bahia; associada ao Centro de Estudos Africanos (CEA), Lisboa, e associada ao Centro em Redes de Investigação em Antropologia (CRIA), Lisboa.**